

ANDRÉ SHALDERS
BRASÍLIA

Faltando menos de seis meses para as eleições municipais, o governo Lula continua distribuindo recursos para aliados políticos no Congresso sem transparência, repetindo mecanismo consagrado no orçamento secreto, esquema revelado pelo *Estadão* e que marcou a gestão Jair Bolsonaro (PL).

Apesar de a prática ter sido vetada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2022, ministérios como os do Desenvolvimento Social, das Cidades e do Esporte têm repassado verbas públicas para obras ou compra de equipamentos em localidades previamente negociadas com parlamentares. As pastas, além da Secretaria de Relações Institucionais do Palácio do Planalto, negam irregularidades e afirmam que seguem critérios técnicos na distribuição das verbas (*mais informações na página ao lado*).

Além da falta de transparência quanto aos “padrinhos” e “madrinhas” das indicações, a distribuição também é feita conforme a conveniência política do governo. Isso significa que alguns municípios e congressistas serão contemplados e outros ficarão sem nada.

Ano eleitoral Recebimento de recursos tem sido objeto de celebração de políticos com pretensões nas urnas

Com apenas 2,2 mil habitantes, a cidade de Curral Velho (PB) é um bom exemplo de como a determinação do STF tem sido ignorada pelo governo petista. Localizada a 371 km da capital João Pessoa, o município receberá do Ministério das Cidades um total de R\$ 3,3 milhões das verbas que sobram das antigas emendas de relator – coração do orçamento secreto – e que foram repassadas para a pasta.

A distribuição desses recursos tem sido motivo de celebração por parte de políticos. Nas redes sociais da prefeitura de Curral Velho, o dinheiro é apresentado como “emenda parlamentar” – o que não é o caso.

Para se ter uma ideia do peso desses recursos num ano eleitoral, basta fazer uma conta simples. Se o valor reservado pelo Ministério das Cidades fosse dividido pelo número de moradores de Curral Velho, cada um receberia pouco mais de R\$ 700. O dinheiro será usado para asfaltamento de vias e construção de uma praça. O prefeito da cidade, Samuel Carneuba (MDB), é ligado ao vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

Situação semelhante ocorre no Ministério do Desenvolvimento Social, comandado pelo ex-governador petista do Piauí Wellington Dias. A pasta herdou R\$ 1,5 bilhão das antigas emendas de relator. O rasteio dos recursos tem sido feito de acordo com as demandas de deputados e senadores. Assim como no caso de Curral Velho, os políticos não perdem a oportunidade de destacar em suas redes sociais os resultados alcançados.

MOEDA. Depois da decisão do Supremo, no fim de 2022, o governo e o Congresso foram obrigados a realocar um total de R\$ 19,4 bilhões em verbas que estavam reservadas, na proposta orçamentária de 2023, como emendas de relator. Com a aprovação da chamada “PEC da Transição”, R\$ 9,6 bilhões viraram emendas individuais dos parlamentares. Os outros R\$ 9,85 bilhões voltaram para os cofres do Executivo. Esse espólio foi distribuído entre sete ministérios: Saúde, Cidades, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Regional, Agricultura, Esporte e Educação.

Essas verbas, seguindo a determinação do STF, deveriam ser de uso exclusivo do Poder Executivo. Mas elas continuaram sendo usadas como moeda de troca entre o Planalto e deputados e senadores da base de apoio no Congresso, repetindo o mecanismo que foi condenado publicamente pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a campanha de 2022. Num evento em São Paulo, em agosto daquele ano, ele classificou o orçamento secreto como a “fonte do maior esquema de corrupção da história deste país”.

Recentemente, o Supremo voltou a prestar atenção no assunto. Entidades que atuam na fiscalização do dinheiro público, como a Transparência Brasil e a ONG Contas Abertas, apontaram à Suprema Corte a possível continuidade da prática do orçamento secreto.

VIOLAÇÕES. Segundo as entidades, a decisão de dezembro de 2022 do STF continuou sendo violada de três formas: com o uso dos R\$ 9,85 bilhões para barganhas com o Congresso; com o uso das “emendas Pix” (repassadas sem transparência a prefeituras e governos estaduais); e com a falta de informações sobre a distribuição das antigas emendas de relator (conhecidas pela sigla RP-9).

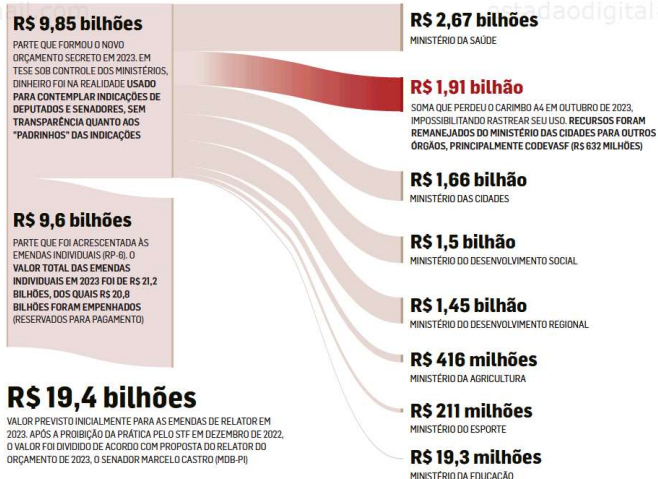
As entidades se manifestaram como *amicus curiae* (“amigos da Corte”, um terceiro interessado no processo) em ação apresentada pelo PSOL ainda em 2021, e que resultou na proibição do orçamento secreto em 2022. Antes sob os cuidados da ministra Rosa Weber, o caso chegou a ser arquivado,

REPASSES

Apesar da proibição do STF, ministérios têm repassado verbas públicas sem transparência

Para onde foi o dinheiro

Recursos do orçamento secreto foram divididos entre sete ministérios em 2023, e continuaram sendo usados para barganha com o Congresso



— Mesmo após decisão do STF, recursos ainda são moeda de troca

Orçamento secreto vira trunfo eleitoral

mas voltou a tramitar sob a relatoria do ministro Flávio Dino, indicado para a Corte por Lula. No dia 19 de abril, Dino abriu a possibilidade de que a Presidência da República e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se manifestassem sobre os questionamentos apresentados ao tribunal pelas entidades.

Até o momento, apenas a Câmara se manifestou sobre o assunto. A Casa não só negou as irregularidades apontadas pelas entidades como destacou que a ação do PSOL já foi

julgada. Além disso, disse a Câmara, o tipo de ação escolhido pela legenda, uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), não pode ser usado para questionar uma emenda constitucional.

ESPÓLIO. Além do dinheiro do Ministério das Cidades, Curral Velho vai receber mais R\$ 955 mil para a revitalização de uma academia ao ar livre na cidade. O dinheiro vem do espólio do orçamento secreto que ficou sob a responsabilidade do Ministério do Esporte. A prefeitura divulgou no Instagram a có-

pia dos contratos de repasse, o que permite rastrear a origem do dinheiro. A praça esportiva foi atribuída a uma “emenda parlamentar” do deputado Mersinho Lucena (PP-PB).

Em seu primeiro mandato no Congresso, Lucena não tem emendas apresentadas ao Orçamento de 2023 porque não era deputado em 2022, quando a proposta orçamentária foi votada. O dinheiro que bancará a obra está sob a rubrica A4, como ficou marcado o espólio das emendas de relator. À reportagem, Lucena disse que a comunicação da